

A ESCOLARIZAÇÃO DE UMA ALUNA COM BAIXA VISÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Merislandia Paulo da Silva Carvalho¹

Christiano Félix dos Anjos²

Lorrayne Hewellen Cristino Ribeiro³

Universidade Federal do Espírito Santo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Eixo Temático 1: Do Direito à Escolarização: Políticas de Acesso, Permanência
e Qualidade Social

RESUMO

Buscou-se problematizar os desafios da escolarização da área de deficiência visual, marcando a posição de que estamos em marcha, mesmo quando a escola possui diferentes materiais específicos da área. Teve como objetivo visibilizar algumas pistas de como estão sendo colocados em ação os processos de escolarização ofertados a uma aluna com baixa visão, em uma sala de aula de ensino comum, em uma escola da rede de ensino do município de Vila Velha/ES. Como base teórica, contou com as contribuições de Boaventura de Sousa Santos para as discussões desencadeadas. Como aporte metodológico, apoiou-se em pressupostos da cartografia, que é um método que acompanha movimentos e investiga processos. O campo empírico foi composto por uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Vila Velha que tinha em seu corpo discente alunos com deficiência visual. Diante disso, acompanhamos uma professora que atua na sala de aula de ensino comum e uma professora especializada que atendem a uma aluna com baixa visão. Os instrumentos para a construção dos dados foram as observações na sala de aula, as entrevistas e conversas com a professora da sala de aula e a professora especializada. A oferta de formação continuada para professores que trabalham com alunos com deficiência visual, no atendimento colaborativo, vem acontecendo, porém faz-se necessário o avanço dessa oferta para outros profissionais da escola, visando à colaboração, item presente nos documentos locais. Os resultados da pesquisa apontam que, na escola pesquisada, as tentativas que vêm sendo feitas para o avanço de alunos são pistas das possibilidades existentes de ensinar o aluno com baixa visão.

Palavras-chave: Deficiência visual. Baixa visão. Inclusão escolar. Processos de escolarização.

¹ Doutoranda em educação – merislandia.pedagogia@gmail.com

² Doutorando em educação – avitima@gmail.com

³ Mestranda em educação – lorryne.hewellen@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento deste artigo, realizamos um recorte de um estudo maior, sobre a pesquisa de campo realizada em uma escola de ensino fundamental no município de Vila Velha/ES, financiada pelo CNPq.⁴ Por meio da observação do cotidiano escolar, buscamos acompanhar a processualidade das políticas de educação especial em ação da área de deficiência visual.⁵

Neste texto nosso foco é no trabalho desenvolvido na sala de aula de ensino comum com uma aluna com baixa visão. Com isso, temos como objetivo visibilizar algumas pistas de como estão sendo colocados em ação os processos de escolarização ofertados a uma aluna com baixa visão, em uma sala de aula de ensino comum, em uma escola da rede de ensino do município de Vila Velha/ES.

Como Carvalho (2016), entendemos ser necessário visibilizar a política em ação dos professores que atendem alunos com deficiência visual, a fim de problematizar as questões do cotidiano escolar, pois nossa experiência como professora de deficiência visual nos possibilitou perceber que se tem o imaginário de que tudo está resolvido na área. Não podemos negar que vemos potências, no entanto, as fragilidades existentes precisam ser visibilizadas, para que assim possamos buscar por avanços.

Nessa linha de raciocínio, Figueiredo (2010, p.114) nos ajuda em suas análises sobre questões preocupantes. O autor enfatiza que o maior perigo existente na educação especial “[...] é a crença ingênua de que tudo está feito, ou seja, que os sistemas educativos regulares e os seus atores estão plenamente preparados para receber e promover o desenvolvimento integral das crianças”. Muitas vezes, temos o pensamento inocente de que o “problema” relacionado com a questão de oportunizar aos alunos com deficiência visual a aprendizagem, logrando das mesmas condições de acesso ao conhecimento que o aluno vidente, está resolvido.

A existência de vários recursos para o aluno com deficiência visual leva a crer que a questão do acesso ao conhecimento para ele está resolvida.

⁴ Defendida em 2016.

⁵ Neste estudo, o termo deficiência visual será usado para fazer referência tanto a alunos com baixa visão quanto a alunos cegos.

Concordamos com Figueiredo (2010, p.114) quando nos diz que o processo de inclusão ainda se encontra em marcha, “[...] no seio de outro, de maior amplitude: o da promoção do sucesso educativo de todos os alunos”. Dessa forma, salientamos que a escolarização do aluno com deficiência visual não está suficientemente contemplada; estamos em marcha. Conhecer alguns desafios presentes nas escolas poderá apontar possibilidades pedagógicas que possam garantir o direito a educação com qualidade para todos os alunos, inclusive para o público em questão.

Com isso nos apoiamos no estudo de Melo (2016). De acordo com o autor, houve, em Vila Velha, a aquisição de diversos materiais pedagógicos e didáticos, equipamentos específicos para a área de deficiência visual. A partir disso, pontua que os recursos e serviços são importantes para a escolarização dos sujeitos da área, desde que sua utilização ocorra sem uma visão ilusória, visto que a oferta, por si só, não garante a escolarização. Quando há uma visão imaginária, esta leva à culpabilização do indivíduo, pois, uma vez que os alunos não aprendem após a oferta dos diversos recursos, são atribuídos a esses sujeitos problemas cognitivos e/ou neurológicos. Dessa forma, é essencial a mediação do trabalho pedagógico (MELO, 2016).

Outro estudo que merece atenção é o de Figueiredo (2010), que foca a realidade social da criança com deficiência visual. Enfatiza que o processo de evolução histórica da sociedade com esses sujeitos acompanha nossa própria evolução humana como espécie. Na análise do autor, o processo de inclusão ainda se encontra em marcha e seu estudo aponta fragilidades. Fragilidades estas encontradas em caminhos distintos, indicando que essa diferenciação tem a ver com o condicionamento físico da escola e o condicionamento organizacional da educação especial.

A discussão apresentada pela literatura especializada auxilia nos movimentos de reflexão sobre a temática. Aqui, nos ajuda ainda, uma contribuição de natureza teórica epistemológica. A intenção é buscar diálogos com algumas proposições de Boaventura de Sousa Santos que advoga pela necessidade de ampliar o presente de forma a trazer ao debate os desafios da contemporaneidade que precisam ser resolvidos e tornar legítimas as

experiências que são descartadas por não serem consideradas científicas (SANTOS, 2007).

Ampliar o presente, no caso do aluno com deficiência visual é, por exemplo, transformar o que em um primeiro momento foi chamado de deficiência, em ações políticas, pedagógicas e curriculares que se atentem verdadeiramente a esse sujeito, garantindo-lhe acesso ao conhecimento com qualidade. Direito este legitimado pelas políticas educacionais e de educação especial, visto o processo de escolarização de alunos com deficiência visual se fundamentar no pressuposto educacional como direito público e subjetivo, ou seja, direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988).

Para tal, cumpre sinalizar que a metodologia utilizada para conduzir nosso estudo foi a cartografia, pois, com caráter processual de investigação, é um método que acompanha movimentos, investiga processos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012).

O método cartográfico nos leva a inserção no cotidiano da escola, ciente de que nossa presença gera mudanças, para conhecer como se dão os movimentos de escolarização. Por consequência, é um saber que emerge do fazer, pois, com base nos pressupostos cartográficos, toda pesquisa é intervenção, porque transforma (PASSOS; BENEVIDES de BARROS, 2012).

Destacamos neste texto os sujeitos do estudo: uma professora regente da sala de aula de uma aluna com baixa visão e uma professora especializada que acompanha tal aluna. Com isso, os instrumentos para a construção de dados foram as observações cotidianas, as entrevistas e conversas com as profissionais.

Mostrando a processualidade, as tentativas feitas na escola buscando a efetivação do direito a educação, sabemos que podemos fazê-lo emergir a partir das problematizações feitas. Concordamos com Santos (2007), quando argumenta querer ver as riquezas inesgotáveis existentes, pois o mundo tem uma diversidade epistemológica inesgotável e são essas riquezas que queremos fazer emergir no município pesquisado.

A escola *lócus* da pesquisa está localizada em uma periferia urbana, em um bairro marcado por diversas complexidades sociais. É considerada uma área

de alto índice de violência. Atende predominantemente a alunos de nível socioeconômico baixo. Os bairros do entorno da escola surgiram frutos de invasões de pessoas provenientes tanto do estado do Espírito Santo quanto de outros estados vizinhos, em sua maioria em busca de melhores condições de vida.

Escolhemos a escola que tem o maior número de alunos com deficiência visual do município. Considerada uma escola modelo, construída com acessibilidade tátil e de sinalização para o atendimento de alunos com deficiência visual. Porém precisa de reparos devido ao desgaste da ação do tempo, visto que muitas placas de identificação escritas em Braille se perderam – antes todas as salas eram identificadas – e a sinalização do piso para alunos com baixa visão está sem nitidez ou desapareceu.

Cumpramos destacar que dos apoios pedagógicos existentes na escola para a área de deficiência visual destacam-se a impressora Braille, máquina de escrever em Braille, computador, *notebook*, lupa eletrônica, sorobã,⁶ bem como ampla variedade de materiais específicos para alunos cegos e com baixa visão, como livros, jogos, miniaturas, dentre outros materiais específicos.

Para atender aos 23 alunos público-alvo da educação especial,⁷ a escola conta com dez professores especializados. Estão matriculados oito alunos com deficiência visual. Do total de professores da educação especial, quatro são da área de deficiência visual (dois no turno matutino e dois no turno vespertino). A época do estudo, a organização de professores para alunos com deficiência visual se fazia com professores especializados, acompanhando os alunos em sala de aula em todas as disciplinas sempre que possível.

A organização/distribuição dos professores depende da necessidade individual imposta pela condição do aluno. Nessa escola, há casos que demandam acompanhamento durante todo o período na escola. Também há casos em que o professor tem uma subregência de 15 horas. Nessa situação, o aluno fica

⁶ Sorobã “[...] é um contador mecânico adaptado para uso das pessoas com deficiência visual, cuja manipulação depende exclusivamente do raciocínio, domínio e destreza do usuário [...]. [Trata-se de] um recurso educativo específico imprescindível para a execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual” (BRASIL/MEC, 2006).

⁷ Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas Habilidades / superdotação.

sem acompanhamento do professor especializado na sala de aula do ensino comum nos dias em que ele não está presente.

Em relação aos sujeitos do estudo, a professora regente da sala de aula e a professora especializada, sobre a formação desses professores, começamos por Jussara,⁸ professora do 2º ano do ensino fundamental, atuando desde 2006. Fez Pedagogia em uma instituição particular, no interior do Estado e pós-graduação na área de educação especial. A época do estudo participava da formação promovida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Ela se efetivou em Vila Velha em 2011.

Carmem, professora do atendimento colaborativo para alunos com deficiência visual, concluiu Pedagogia no início de 2009 em uma instituição particular da região metropolitana. Interessou-se pela área de deficiência visual ainda na faculdade. Fez pós-graduação na área de Educação Especial. É efetiva em Vila Velha desde 2012.

Esses foram os professores que participaram de nosso estudo. Observamos seus fazeres e ouvimos algumas narrativas sobre seus alunos com deficiência visual, mais especificamente sobre uma aluna com baixa visão.

Com todas as informações coletadas no cotidiano da escola, que nos deram pistas sobre a política vivida pelos professores, tivemos que fazer escolhas buscando sistematizar as ações observadas. Dessa forma, procuramos visibilizar, no próximo item, um episódio que nos deu pistas sobre o trabalho desenvolvido na escola com uma aluna com baixa visão. Assim, trouxemos a sala de aula do 2º ano do ensino fundamental como o lugar de escolarização.

2 ATENDIMENTO NA SALA DE AULA: DEISE E A ESCOLA

Deise, sete anos de idade, aluna com baixa visão, matriculada no 2º ano do ensino fundamental, turno vespertino, frequenta a sala de aula de ensino comum. Carmem é professora especializada de Deise e acompanha a aluna todos os dias na sala de aula de ensino comum com a professora regente, Jussara.

⁸ Trabalhamos com nomes fictícios.

Carmem procura fazer adaptações e intervenções na cópia da lousa, ajuda na leitura e interpretação, intervenção em cálculos e “reforço” nos conteúdos didáticos, trabalha alfabetização com a aluna. Deise tem boa relação com os colegas, reconhece as letras e soletra palavras. Está em processo de alfabetização.

De acordo com Jussara, professora da sala de aula de ensino comum, Deise se sentava na cadeira da frente e ela, a professora, escrevia grande no quadro. Mesmo assim, devido às condições que a baixa visão acarreta à aluna, ela não enxergava o que estava escrito. Então, participava das conversas, mas, quando era para fazer as atividades, sempre dizia que estava com dor de cabeça. Quando chegou a professora Carmem, do atendimento colaborativo, decidiram juntas que a aluna se sentaria na fila do canto, próxima à mesa da professora regente. Jussara acha que “Ter a professora do [atendimento] colaborativo na sala de aula é essencial, porque assim alcança os objetivos com menos obstáculos, porque é muito aluno e não dá pra dar atenção especial”. Deise participa das aulas teóricas da professora Jussara, tendo as mesmas oportunidades de fala oferecidas aos seus colegas de turma, quando estão fazendo a introdução ao conteúdo do dia. Carmem, que sempre está do lado da aluna, chama a atenção de Deise quando está dispersa ou quando quer mudar o foco. Carmem copia o que Jussara passa no quadro para que Deise possa escrever em seu caderno. Respeitando a especificidade da baixa visão, o caderno tem pautas pretas espaçadas e ela usa o lápis 6B para facilitar a visualização das palavras. A aluna tem dificuldades, mas, com a ajuda da professora Carmem, que é exigente, consegue aos poucos avançar. A professora Carmem tem no seu material em mãos uma lupa eletrônica para o caso de o material da turma ser impresso e não dispor no momento de uma cópia ampliada para Deise. Às vezes a aluna faz uso de um plano inclinado, mas nem sempre quer usar. Sempre que Deise termina a atividade, Carmem a incentiva a mostrar a Jussara, a professora da sala de aula. Acreditamos que isso se dê por dois motivos: para que a referência seja a professora regente; e para, aos poucos, mostrar os avanços da aluna, buscando seu envolvimento. A aluna fica contente com as atividades corrigidas da mesma forma que são as

dos colegas da sala de aula. Na aula de Matemática, o assunto é a tabuada de multiplicar por três. Jussara entrega a folha com a tabuada para a turma, inclusive a ampliada para a aluna Deise, que não sabe multiplicar ainda, então foi usada para conhecer os números e entender um pouco sobre multiplicação a partir da ajuda da professora Carmem. Esta buscou lhe mostrar o conceito de multiplicação a partir da soma dos números. Na prática, Carmem e Jussara ainda não compartilham totalmente da escolarização de Deise. Predomina a ação da professora especializada, visto ser a “principal” responsável pelas intervenções feitas na sala de aula para a aquisição da leitura e escrita. Às vezes a professora Jussara chega perto de Deise, querendo ver suas atividades, fica bem interessada com o que Deise mostra, não ajuda, mas elogia.

Diário de campo

A professora da sala de aula é uma profissional que se vê “limitada” para atender às necessidades educacionais específicas da aluna, já que ela se encontra em processo de alfabetização, diferente das demais crianças da sala. Entendemos que são trabalhadas com a aluna com deficiência visual as atividades da sala com adaptações que lhe propiciam conexão com o conhecimento oferecido à turma, respeitando seu estágio em processo de alfabetização. Nossas observações nos evidenciaram que Deise está avançando nos processos escolares. Há um trabalho sendo realizado que busca incluí-la no mundo letrado.

No entanto, esse processo não se faz em articulação entre a professora especializada e a professora da sala de aula. Com essa observação, não pretendemos culpabilizar a professora da sala de aula. Queremos chamar a atenção para o fato de que a responsabilidade pela aprendizagem do aluno com deficiência visual é direcionada ao professor especializado.

Queremos também chamar a atenção para as questões da formação continuada de professores do município de Vila Velha. A política de educação especial da rede de ensino municipal preconiza a formação para todos os profissionais da escola (CARVALHO, 2016), no entanto, a formação conjunta ainda não pôde ser implementada. Enfatizamos que esse movimento evidencia

a tentativa da rede de ensino em avançar na área. A formação acontece atualmente por áreas da educação especial, com o professor especializado, inclusive para a área de deficiência visual. Entendemos que se trata de um processo. Há movimentos no município de Vila Velha.

À luz das ideias de Santos (2007), propomos intervir no real, dialogando uns com os outros, criando inteligibilidade entre as práticas, construindo o presente cheio de alternativas em busca de um futuro concreto e justo, “[...] de utopias realistas, suficientemente utópicas para desafiar a realidade que existe, mas realista para não serem descartadas facilmente” (SANTOS, 2007, p. 37).

Nesse sentido, advogamos pela importância da comunicação no cotidiano escolar, traduzindo a prática dos professores, buscando a produção de conhecimentos emancipatórios que garantam o acesso ao conhecimento para os alunos com deficiência visual.

Nas conversas informais com alguns professores da sala de aula do ensino comum da escola pesquisada, seja na sala dos professores, seja nos corredores da escola, alguns desses profissionais se sentem “incapazes” de prover a escolarização do aluno com deficiência visual, visto que a quantidade de estudantes nas salas de aula os leva a acreditar que lhes faltam tempo para dar atenção a esse aluno especificamente.

Para além da formação, preconizada nas legislações do município, para todos os professores da escola, evidenciada neste texto, que ainda não foi possível ser efetivada, cumpre destacar que a diretora dessa escola e as pedagogas não têm um ativo envolvimento com as questões relacionadas com o acesso ao conhecimento pelos alunos com deficiência visual, o que nos leva a concordar com Nunes (2016, p. 152), quando afirma que “[...] o pouco envolvimento e/ou a falta de conhecimento da gestão escolar dos processos educativos dos alunos [...] dificultam a eliminação das barreiras para acesso desses alunos aos espaços e ao currículo escolar”.

Acreditamos que um dos grandes desafios da escola é a questão de envolvimento de todos os profissionais, visando ao acesso ao conhecimento para o aluno com deficiência visual, inclusive o envolvimento pedagógico entre professores e pedagogos da instituição. Aí perpassa a questão do

planejamento entre professores da sala de aula do ensino comum e professores especializados.

Essa questão se coaduna com o estudo de Nunes (2016), quando argumenta que conhecimentos específicos da área de educação especial são normalmente delegados às “pessoas específicas da área”. Parece que os profissionais da escola pensam que o currículo trabalhado com os alunos com deficiência deve ser um “currículo especial”, ou seja, “[...] totalmente desarticulado do conhecimento cultural e historicamente sistematizado do qual todos devem ter o direito de se apropriar” (NUNES, 2016, p. 157).

Com o planejamento entre os profissionais, provavelmente seria possível organizar práticas pedagógicas diferenciadas, que levassem em consideração as especificidades dos alunos com deficiência visual, inclusive quando estas cursam com outras deficiências. Dessa forma, “Os professores comuns e os da educação especial precisam se envolver para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo” (BRASIL, 2010, p. 21).

Acreditamos que a articulação entre o planejamento dos profissionais é um passo fundamental para se pensar em responsabilização coletiva entre os envolvidos com o aluno com deficiência visual. O pedagogo é peça fundamental para fazer essa articulação. Baseada em Santos (2007, p. 41), afirmamos que “[...] é preciso captar toda a riqueza para não desperdiçar a experiência [...]”, criando inteligibilidade com a pluralidade, com as inúmeras possibilidades existentes no cotidiano escolar, tendo em vista beneficiar os alunos com deficiência visual no cotidiano escolar.

As atitudes destacadas nos fazem concordar com Santos (2007, p. 57) que enfatiza: “É preciso conversar muito mais, dialogar muito mais, buscar outra metodologia de saber, ensinar, aprender”. É preciso encontrar diálogo entre os professores do aluno com deficiência visual para que seu direito de participar da dinâmica da escola seja garantido mais efetivamente.

3 CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo visibilizar algumas pistas de como estão sendo colocados em ação os processos de escolarização ofertados a uma aluna com baixa visão, em uma sala de aula de ensino comum, em uma escola da rede de ensino do município de Vila Velha/ES.

No percurso da escrita deste texto, dialogamos com algumas publicações que nos ajudaram a refletir sobre o nosso tema, o que nos ajudam a justificar nosso objeto de estudo, evidenciando que o sujeito com baixa visão tem um potencial que precisa ser considerado pela política e pela prática pedagógica.

Santos (2007) aposta que a possibilidade de um futuro melhor não está distante, se reinventarmos o presente, tornando o futuro coerente, criando constelações de saberes e práticas para fornecer alternativas credíveis, propiciando inteligibilidade recíproca no interior da diversidade, entre as experiências, tanto as disponíveis, quanto as possíveis.

Santos (2007, p. 26) lança uma possibilidade de aposta ampliando o presente e contraindo o futuro. “Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências, e contrair o futuro para prepará-lo”, substituindo um futuro sem limites por um futuro concreto e justo. Tal movimento nos permitiu pensar que esse “compromisso” necessita ser assumido por todos os profissionais da escola, para, assim, construirmos uma escola melhor para todos os alunos, inclusive alunos com deficiência visual.

A metodologia cartográfica nos permitiu buscar um olhar atento, determinante na produção de dados da pesquisa e sensível à realidade, objetivando entender como se colocavam as questões cotidianas, não apontando como certo ou errado, mas com um olhar que buscasse acompanhar a processualidade (CARVALHO, 2016). “A realidade cartográfica se apresenta como um mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de ‘o mesmo’ não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012, p. 10).

Nos movimentos de nosso estudo, foram consideradas ações observadas em uma escola, acompanhando a processualidade das políticas em ação. Buscando sistematizar as ações vistas na escola, com o intuito de visibilizar o

fazer cotidiano. Trabalhamos com um episódio que nos deu pistas do trabalho desenvolvido na sala de aula, tentando evidenciar a realidade vivida.

É no espaço da sala de aula do ensino comum que todos os alunos devem estar participando do cotidiano, sendo inseridos nos benefícios que a escolarização e o convívio com o outro trazem para todos os sujeitos, sem que suas necessidades específicas sejam negligenciadas.

Oportunidades evidenciadas no episódio da aluna que frequenta a sala de aula. Embora as professoras ainda não compartilhem totalmente da escolarização da aluna, predominando a ação da professora especializada, a aluna está na sala de aula do ensino comum aprendendo, avançando nos processos de aquisição da leitura e escrita. Há um trabalho sendo realizado para incluí-la no mundo letrado.

Na constituição deste estudo, foram evidenciados os desafios presentes no cotidiano, levando-nos a defender a formação continuada para todos da escola, o que possibilita aos profissionais refletir e problematizar os processos de acesso ao conhecimento a partir de um diálogo crítico, reflexivo e coletivo, levando-os à responsabilização pelos procedimentos de ensinar e aprender de todos os alunos, inclusive para os alunos com deficiência visual. Além da formação continuada, defendemos uma formação inicial que valorize a diversidade em todas as etapas da educação, tendo em vista que o aluno com deficiência visual, que tem direito à educação, está no percurso escolar como os outros alunos.

Almejamos que este estudo favoreça atitudes mais colaborativas no interior das escolas, fazendo emergir, no município de Vila Velha, ações mais efetivas para alunos com deficiência visual no presente, pois “[...] é no presente que se cuida do futuro” (SANTOS, 2010, p. 116).

As questões não estão resolvidas para o aluno com deficiência visual, no entanto vemos movimentos na escola. Há tentativas sendo feitas buscando a escolarização com qualidade, que é direito de todos os alunos, inclusive alunos com deficiência visual. “Quanto mais ampla for a realidade credível, mas vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos” (SANTOS, 2006, p. 799).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- Brasil. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.010, de 10 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://laramara.org.br/uploads/arquivos/legislacao/portaria-mec-10-2006.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- BRASIL. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Fortaleza: MEC/Seesp, 2010.
- CARVALHO, Merislandia Paulo da Silva. **Deficiência Visual: da política educacional à organização escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- FIGUEIREDO, Fernando Jorge Costa. Duas crianças cegas congênitas no primeiro ciclo da escola regular. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.139, p. 95-119, jan./abr. 2010.
- NUNES, Isabel Matos. **Política de escolarização de sujeitos com diagnóstico de deficiência múltipla: tensões e desafios**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; e ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- PASSOS, Eduardo; BENEVIDES de BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.). **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 17-31.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção Para um Novo Censo Comum, v. 4).